



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640190 - SP (2021/0013422-8)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : MARCIO CESAR DE ALMEIDA DUTRA E OUTRO
ADVOGADOS : JOÃO AFONSO GASPARY SILVEIRA - DF014097
MÁRCIO CESAR DE ALMEIDA DUTRA - MS008098
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSÉ CARLOS NUNES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSÉ CARLOS NUNES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 973.097-3/3).

O paciente foi condenado "pela infração ao artigo 121, § 2º, inciso II, do Código Penal, à pena de 12 (doze) anos de reclusão, em regime fechado integral" (fl. 33), entendimento esse inalterado em razão do desprovimento da apelação.

O impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, visto a ocorrência de nulidade no julgamento pelo Tribunal do Júri, "ANTE O FATO DE TER HAVIDO COMUNICAÇÃO PRÉVIA ENTRE OS JURADOS PARA A CONDENAÇÃO DO RÉU, fato este que foi COMUNICADO AO JUÍZO POR PETIÇÃO PRÓPRIA DURANTE A SEÇÃO DO JÚRI, mas que somente foi apreciado pelo Magistrado após o julgamento, resultando em COMPLETO PREJUÍZO PARA A DEFESA POR NÃO TER SIDO CONSTADO EM ATA" (fl. 4).

Agrega alegação de que a condenação foi manifestação contrária à prova dos autos, pois "as provas dos autos são robustas e conclusivas no sentido de que o Paciente agiu em Legítima Defesa própria, logo em seguida à injusta provocação da vítima, e não por motivo fútil como descrito na exordial acusatória" (fl. 11).

Argumenta ainda sobre a incorreta aplicação do regime integralmente fechado, visto a possibilidade de progressão da pena em razão da declaração de inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º, da Lei n. 8.072/90, declarada pelo STF.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para absolver o paciente ou, subsidiariamente, a revisão da dosimetria da pena pela menoridade relativa ou ainda a readequação do regime para inicialmente fechado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que não restou demonstrada, de plano, a alegada flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do voto do relator (fls. 32-37):

"A alegação de nulidade do julgamento deve ser rejeitada, pois a eiva deveria ter sido argüida logo após a sua ocorrência, ainda em Plenário, o que não se verificou, pois a ata não registra reclamação ou protesto da defesa a respeito da quebra da incomunicabilidade dos Jurados. Aliás, o que consta da ata é que a Defensora retirou-se do Plenário após a votação na sala secreta, antes da leitura da sentença. Portanto, diante da ausência de impugnação oportuna, ainda que se pudesse cogitar de nulidade, ela estaria coberta pela preclusão."

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Destaque que a ausência de contemporaneidade do acórdão atacado, prolatado em novembro de 2006, acaba por afastar a urgência que autoriza a análise do pleito em liminar no plantão.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência